

## O SINDICATO COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA: UMA ANÁLISE DO 32º CONGRESSO DO SINPEEM (2023)

*Mariana Fonte-Boa<sup>1</sup>  
Thiago Moreira Melo e Silva<sup>2</sup>  
Vanessa Santana dos Santos<sup>3</sup>*

**RESUMO:** Este trabalho discute, a partir do pensamento de Antonio Gramsci, a atuação do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem). Deste modo, o sindicato é concebido como um aparelho privado de hegemonia (APH), um componente da sociedade civil, considerando o conceito de Estado integral. São trazidos alguns aspectos do movimento sindical no Brasil, bem como alguns conceitos de Gramsci. Ao analisar o 32º Congresso do Sinpeem no que tange à sua organização e realização em 2023, pode-se perceber que a atuação da entidade não tem contribuído para a construção de uma nova hegemonia.

**Palavras-chave:** Sindicatos; aparelhos privados de hegemonia; Antonio Gramsci; Hegemonia; Estado Integral

### I - SINDICALISMO NO BRASIL E A PERSPECTIVA DE ANTONIO GRAMSCI

O sindicalismo surge no Brasil após o aumento do trabalho livre assalariado; não havia possibilidade de mobilização sindical no trabalho escravo ou dependente, poderia haver luta, resistência, mas em uma condição de desvantagem; a negociação só pode existir quando as (os) trabalhadoras (es) são consideradas (os) cidadãs (os), com direitos civis plenos (Boito Jr., 2005). O autor afirma que “no período imediatamente posterior à Abolição e à Proclamação da República, a ação de tipo sindical dos trabalhadores já está presente (Boito Jr., 2005, p. 268), época marcada por conflitos que estimularam movimentos populares e sindicais.

Durante o início do século XX, principalmente nas duas primeiras décadas, o sindicalismo era caracterizado por uma influência anarquista, que pregava o abstencionismo político, tendência observada especialmente em São Paulo (Boito Jr, 2005). Vários fatores parecem explicar esse contexto, mas o principal deles, de acordo com Armando Boito Jr. (2005), foi o fato de que a classe operária era excluída do processo eleitoral pelo próprio

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo Estudante de Doutorado – Bolsista Capes; Mestra; mfbdeodato@unifesp.br.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Ceará Professor Assistente Doutor; thiagomelo.moreira@uece.br

<sup>3</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico; Doutora; vanessa.santana@ufjf.br

sistema político e isolada das outras classes populares.

Após a década de 1920, a sociedade brasileira passou por diversas mudanças, entre crises, surgimento do Partido Comunista do Brasil, Revolução de 1930, e o movimento sindical cresceu (Boito Jr., 2005). Durante o governo Vargas, o discurso de colaboração e conciliação entre as classes foi bastante divulgado, tanto pelos empresários quanto pelos governantes; foi o surgimento do sindicato oficial, reconhecido e tutelado pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), com significativa adesão, devido à pressão do Estado, mas também resistência por parte dos comunistas e anarquistas (Mattos, 2003). Segundo Marcelo Badaró Mattos (2003), houve uma ampliação das lutas sindicais e reação das empresas e governo, com instalação de estado de exceção, repressão do movimento, perseguição das lideranças sindicais e desmonte dos sindicatos.

A esse período, se seguiu um processo de redemocratização, com aumento do número de sindicatos, filiações e greves, estas, muitas vezes, independentes de entidades sindicais, haja vista que muitas direções orientavam que, em prol da união nacional e de uma transição democrática se evitassem as greves (Mattos, 2003). Após o golpe empresarial-militar de 1964, o governo ditatorial acionou mecanismos repressivos e iniciou a intervenção nas entidades e cassação de direitos políticos das principais lideranças, além da perseguição a militantes considerados subversivos, provocando o esvaziamento dos sindicatos (Mattos, 2003).

Ao final dos anos 1970, a ditadura começou a perder força se iniciou a lenta transição para o retorno de um governo civil, ainda com muitas tensões gerando ações organizadas da classe trabalhadora, processo que se dava pelo “alto”, com o fim de alguns mecanismos de repressão e outras “medidas liberalizantes” (Mattos, 2003, p. 61).

De acordo com Mattos (2003), neste período surgiu o novo sindicalismo, caracterizado por movimentos que não dependiam da convocação do sindicato, mas da mobilização de trabalhadoras (es) do ABC paulista, a partir de 1978, que reivindicavam, principalmente, reajustes salariais em decorrência do arrocho promovido pela ditadura. O “novo sindicalismo dependeria da ruptura com a estrutura sindical, que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores” (Mattos, 2003, p. 63). Segundo o autor, também eram feitos esforços para organizar o sindicalismo em uma central, surgindo assim a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

O Sinpeem surgiu no contexto do novo sindicalismo, mas já no final do primeiro ciclo de greves, que se iniciou em 1978, cresceu ao longo dos anos 1980 e decaiu durante os anos 1990 (Noronha, 2009). Julián Gindin (2015, p. 193) afirma que a repercussão das greves de 1978 entre a categoria docente foi gradual, mas em São Paulo já provocou mobilizações entre professoras (es) no mesmo ano, apesar de não haver “algo parecido com os sindicalistas autênticos”. Conforme o autor, “o sindicalismo docente se consolidou como um sindicalismo identificado com a CUT e – majoritariamente – com o PT” (Gindin, 2015, p. 201).

A CUT, entidade à qual o Sinpeem é filiado, tem sido mais propensa ao sindicalismo de negociação, aprofundando uma postura mais contratualista e propositiva, desde a década de 1990, principalmente após o surgimento da Força Sindical, numa tentativa de se apresentar “como alternativa sindical factível frente ao neoliberalismo” (Antunes; Silva, 2015, p. 517).

Segundo Cláudia Vianna (1999), em estudo sobre sindicalismo docente paulista nos anos 1990, o reconhecimento da categoria enquanto classe trabalhadora não tem sido suficiente para sua organização; a precarização do trabalho estimula docentes a lutarem por questões salariais, mas não para o desenvolvimento da consciência de classe.

Boito Jr. (2004, p. 228) afirma que o sindicalismo docente pode ser chamado de “meritocrático”, haja vista que, por possuírem diploma e serem, na maioria, servidoras (es) públicas (os), as (os) professoras (es) defendem não apenas o “poder aquisitivo do salário, como também [...] a posição relativa dos salários da profissão na hierarquia salarial”. Isso ocorre porque, segundo o autor, trabalhadoras (es) da classe média, onde se inclui docentes, se sindicalizam por motivos diferentes de trabalhadoras (es) manuais, menos pela luta coletiva, e mais por uma distinção, já que acreditam que a atividade política é algo nobre, que demanda “elaboração intelectual” (Boito Jr. 2004, p. 227).

Deste modo, professoras (es) estariam no grau de consciência política coletiva em que há uma identificação e certa solidariedade de classe, mas apenas no campo econômico, para obter “uma igualdade político-jurídica com as classes dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las”, sem superar, no entanto, o momento corporativo, o que impede de atingir o plano universal, necessário para a construção da hegemonia das classes subalternas (Gramsci, 2023, p. 41).

No atual período de constante retirada de direitos sociais, compreende-se como de extrema importância a formação política de trabalhadoras e trabalhadores no que tange à consciência e luta de classe, papel este que também cabe ao sindicato. No entanto, o que ocorre, muitas vezes, é que as disputas internas pelo poder dentro da entidade ocupam a centralidade, fazendo com que a organização e formação da categoria fiquem em segundo plano ou sejam desmobilizadas. Contudo, entende-se que o papel político do sindicato neste contexto não pode ser mitigado frente a essas contradições. Como apontava Gramsci, durante a ascensão do fascismo na Itália, o burocratismo levava as lideranças sindicais a se preocupar mais em se manter no poder e suas posições do que de fato com a situação da classe trabalhadora:

Estes homens não vivem mais para a luta de classes, não sentem mais as mesmas paixões, os mesmos desejos, as mesmas esperanças vividas pelas massas: entre eles e as massas se criou um abismo insuperável. *O único contato entre eles e as massas é o registro das contribuições e o fichamento dos filiados. Estes homens já não vêem o inimigo na burguesia, mas nos comunistas: têm medo da concorrência, são líderes que se tornaram banqueiros de homens em regime de monopólio. A menor menção a uma concorrência os põe em estado de medo, pânico e desespero.* (Gramsci, 2004, p. 41-42, grifo nosso).

A intenção aqui não é fazer uma comparação mecanicista dos diferentes momentos históricos entre a escrita deste texto por Antonio Gramsci, em 1921, e o contexto do Brasil atualmente. Mas, ao mesmo tempo, este excerto parece representar muito bem o desafio com que se depara o sindicalismo e suas lideranças que se acomodam muito bem à burocracia sindical e/ou da administração pública, limitando-se a encaminhar ações que contribuem para sua perpetuação no poder e na barganha de cargos, em detrimento da luta coletiva.

Desta maneira, o sindicato está inserido entre os aparelhos privados de hegemonia (ou aparelhos hegemônicos), ou seja, organizações da sociedade civil definidos como “organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, ‘privados’) e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (Coutinho, 1992, p. 76), as quais irão garantir o consenso e, conseqüentemente, a hegemonia da classe dominante:

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, e um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica. (Gramsci, 2023, p. 321-322).

Portanto, os aparelhos privados de hegemonia são os responsáveis por difundir a ideologia dominante e, por conseguinte, promover sua hegemonia. Sendo o sindicato um destes aparelhos, não lhe escapa a função de organizar e formar a categoria que representa na sociedade, no intuito de disputar a hegemonia com outros grupos/interesses antagônicos ao das (os) trabalhadoras (es).

Para compreender o papel do sindicato na sociedade civil, é preciso entender o conceito de Estado Integral em Gramsci, que o define como o equilíbrio entre:

[...] a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção), que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (Coutinho, 1992, p. 76).

Destarte, Gramsci compreende o Estado ampliado como união de força, exercida pela sociedade política (ou Estado em sentido estrito) e consenso, que é difundido pela sociedade civil, por meio de suas organizações. Na concepção do autor, o Estado é entendido como um “equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.)” (Gramsci, 2005 p. 84).

Sendo assim, deve-se salientar que esta separação é apenas metódica, sociedade política e sociedade civil formam uma unidade-distinção, e o Estado é concebido de forma integral, “isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, 2022b, p. 245).

É importante ressaltar que a coerção e o consenso, predominam, respectivamente, na sociedade política e na sociedade civil, mas não são exclusivos de cada uma, como destaca Márcia Jacomini (p. 71, 2022), “em ambas as esferas do Estado integral encontramos coerção e consenso, mas, enquanto a coerção é predominante na sociedade política, o consenso o é na sociedade civil”.

Tendo em vista o conceito de Estado em Gramsci, é imprescindível entender que, nas sociedades ocidentais, onde a sociedade civil é mais complexa, “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’; deste modo, antes de ser dominante, a classe precisa se tornar dirigente e, “depois, quando

exerce o poder e mesmo se o mantém [...] deve continuar a ser também ‘dirigente’” (Gramsci, 2021, p. 290). Cabe salientar que essa afirmação não significa que, para tomar o poder é preciso aguardar um longo tempo entre a direção e a dominação, pois esta deve ocorrer logo após a conquista daquela. Sendo assim, diferentemente das sociedades orientais, onde a sociedade política sobressaía e a sociedade civil era mais “gelatinosa”, a coerção prevalecia e a guerra de movimento era a estratégia para a revolução, nas sociedades ocidentais a construção da hegemonia das classes subalternas se dará pela guerra de posição:

[...] para se tornar “classe dirigente”, para triunfar naquela estratégia mais complexa de longo alcance, o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo. (Coutinho, 1992, p. 36).

Frente ao exposto, salienta-se a importância do sindicato para a disputa pela hegemonia, via guerra de posição, estratégia válida para os “Estados democráticos modernos” [...], países ocidentais ou que se ocidentalizam”, pois consiste “precisamente na luta pela conquista da hegemonia, da direção política ou do consenso” (Coutinho, 1992, p. 90-91).

Neste sentido, para a consolidação de uma nova hegemonia da classe trabalhadora, é indispensável contar com ação das (os) intelectuais, definidas (os) como representantes de um grupo social que, organicamente, “lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci, 2022a, p. 15). O autor destaca que as (os) intelectuais atuam principalmente na sociedade civil e devem estar ligadas (os) às massas, às pessoas simples, que não necessariamente atuam como intelectuais – apesar de o serem em graus diversos (Gramsci, 2022a, p. 53) – compreendendo suas demandas e organizando seu pensamento e atuação, e não apenas as representando de forma superficial:

[...] a organicidade e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (Gramsci, 2023, p. 100).

Sendo uma das formas de organização para resistir e lutar contra os constantes ataques que as (os) trabalhadoras (es) sofrem, o sindicato sofre ataques de várias formas, inclusive

sendo considerado até como importante “aliado” na implementação de reformas que alterem a carreira e salários docentes, como consta no documento “*Making quality basic education affordable: what have we learned?*”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (Shiroma, 2003).

De acordo com Torres (2003), a relação entre os organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial (BM), e as entidades de classe dos professores sempre suscitou desconfortos. Para o banco, os sindicatos docentes são problemas complicados de lidar, pois remetem a “reivindicação salarial, corporativismo, intransigência, greve, quando não simples corrupção e manobra política” (Torres, p. 160). Tal observação pode ser verificada em documentos do BM, onde as (os) professoras (es) são reconhecidas (os) como politicamente influentes e seus sindicatos “são considerados especialmente poderosos. Eles têm um histórico de uso efetivo de influência eleitoral direta e movimentos de protesto nas ruas para impedir reformas consideradas uma ameaça a seus interesses” (Banco Mundial, 2014, p. 47-48).

Apesar de ser considerado um importante aliado na luta por direitos das (os) educadoras (es), inclusive como instrumento efetivo para impedir reformas, o sindicato, muitas vezes, encontra-se em descrédito junto às (aos) docentes. Como exposto por uma professora da rede municipal de ensino de São Paulo, que afirmou não se filiar à entidade, mesmo participando das mobilizações e greves da categoria, afirmando que a militância independe da entidade sindical. A desconfiança é justificada, segundo a docente, porque existem “*questões muito políticas do sindicato e [...] acredito muito no interesse próprio. E no partidário também*” (Fonte-Boa, 2020, p. 54).

Diante do exposto, considerando os ataques aos sindicatos, tanto pelos organismos internacionais quanto pelos diferentes governos, e a lógica do sindicalismo de resultados, tendência que recaiu sobre muitas entidades de classe nas últimas décadas, induzindo a desmobilização do sindicato como espaço de organização e luta da classe subalterna, além de, em muitos momentos, não contar com a adesão da categoria, será feita a análise da realização do 32º Congresso do Sinpeem, a fim de verificar se, como aparelho privado de hegemonia, o sindicato mobiliza sua base para formar novos quadros e enfrentar as políticas que diminuem a autonomia e precarizam as condições de trabalho docente, além de piorar a estrutura da escola e reduzir os direitos das (os) estudantes, ou atua em prol de uma agenda de conciliação, pautada pela direção majoritária da entidade, focando apenas em

questões salariais e benefícios para a categoria.

## II - “A ESCOLA ACABOU?” – Breve análise do 32º Congresso do Sinpeem

Para esta análise, será utilizado como objeto o 32º Congresso do Sinpeem, ocorrido entre 24 e 27 de outubro 2023, com o tema “Educação para um mundo novo”<sup>4</sup>. O evento contou com cerca de 4.000 delegadas (os) eleitas (os) em suas unidades de trabalho e tem uma programação bastante diversificada, com palestras sobre os mais variados assuntos atrelados à educação, apresentações musicais e plenárias<sup>5</sup>. O congresso realizado no Palácio das Convenções do Anhembi também contava com feira de expositores de produtos<sup>6</sup> além de um espaço onde eram oferecidos serviços como massagem e aulas de yoga ao longo de todo o dia (inclusive durante o horário de plenárias e palestras).

Inicialmente, chama a atenção do grande número de palestras, em detrimento da realização de plenárias para debate dos pontos abordados no caderno de texto referência. Ao todo, foram 33 palestras, divididas em um painel de abertura e 32 grupos de interesse, enquanto houve duas plenárias. A organização do cronograma do congresso pode ser observada na figura 1 a seguir.

**Figura 1 – Dinâmica do 32º Congresso do Sinpeem**

<p><b>Dia 24 de outubro - terça-feira</b></p> <p>8h30 às 14h ..... Credenciamento            9h às 12h30 ..... Painel: Educação para um mundo novo            12h30 às 14h30 ..... Intervalo para almoço            13h15 ..... Atividade cultural            14h30 às 17h30 ..... Grupos de interesse</p>	<p><b>Dia 26 de outubro - quinta-feira</b></p> <p>8h30 às 12h30 ..... Grupos de interesse            12h30 às 14h30 ..... Intervalo para almoço            13h15 ..... Atividade cultural            14h30 às 17h30 ..... Plenária</p>
<p><b>Dia 25 de outubro - quarta-feira</b></p> <p>8h30 às 12h30 ..... Plenária            12h30 às 14h30 ..... Intervalo para almoço            13h15 ..... Atividade cultural            14h30 às 17h30 ..... Grupos de interesse</p>	<p><b>Dia 27 de outubro - sexta-feira</b></p> <p>8h30 às 12h30 ..... Grupos de interesse            12h30 às 14h30 ..... Intervalo para almoço            13h15 ..... Atividade cultural            14h30 às 17h30 ..... Show e encerramento</p>

Fonte: Dinâmica do 32º Congresso do Sinpeem (disponível em:

[https://www.sinpeem.com.br/materias.php?cd\\_secao=242&codant=&friurl=\\_-32ao-Congresso---2023-\\_](https://www.sinpeem.com.br/materias.php?cd_secao=242&codant=&friurl=_-32ao-Congresso---2023-_))

De acordo com o exposto na figura 1, foram dedicadas 14 horas para a realização dos grupos de interesse. Em cada dia, ocorriam oito deles simultaneamente e, num primeiro

<sup>4</sup> Os congressos ocorrem anualmente e foram suspensos nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.sinpeem.com.br/materias.php?cd\\_secao=242&codant=&friurl=\\_-32ao-Congresso---2023-\\_](https://www.sinpeem.com.br/materias.php?cd_secao=242&codant=&friurl=_-32ao-Congresso---2023-_). Acesso em 11 de janeiro de 2023.

<sup>6</sup> Eram oferecidos produtos artesanais, alimentícios, de vestuário, literários, mas também cursos voltados à evolução funcional, como segunda licenciatura e pós-graduação *lato sensu*, ofertados por instituições privadas.



momento, cada delegada (o) deveria acompanhar a palestra a que foi direcionado de acordo com o determinado pela organização do evento; entretanto, logo depois foi permitido que as (os) participantes escolhessem o grupo conforme seu interesse<sup>7</sup>.

Os temas dos chamados grupos de interesse eram bastante diversificados, abordando assuntos, com títulos como: “E agora professor (a)? O que ensinar após o chat GPT?”; “Raízes de um povo e o apagamento dos povos originários”; “A sociedade e a escola adoeceram? Quem acolhe o professorado?”; “O estado desigual e as desigualdades na educação”; “Metaverso e educação: possibilidade ou utopia?”; “Depressão infantil: como a escola pode ajudar?”; “Diversidade de gênero no cotidiano escolar”; “Educação: sujeito ou predicado?”; “A escola acabou?”<sup>8</sup>.

A maior parte das palestras tratava de assuntos do cotidiano da prática pedagógica, relativos ao ensino e aprendizado. Por se tratar de um congresso sindical, este fato causa certo estranhamento, afinal, há temas extremamente importantes e atuais que pautam a defesa da escola pública e não foram abordados no evento, como a privatização e alterações na carreira. Entre as (os) palestrantes havia pesquisadoras (es), professoras (es) universitárias (os) e ativistas. Em alguns casos, algumas pessoas estão conectadas com institutos e fundações que representam os interesses da classe dominante, atuando, inclusive, como intelectuais orgânicos desta classe, e não junto à classe trabalhadora<sup>9</sup>.

Como exposto na figura 01, foram reservados apenas dois momentos para as plenárias de discussão, 4 horas no dia 25 e 3 horas no dia 26 (metade da carga horária dedicada para os grupos de interesse), tempo considerado insuficiente por muitas (os) participantes devido à quantidade e complexidade das questões a serem abordadas no debate. Não obstante, esse tempo já escasso foi prejudicado ao ser utilizado pelo presidente, Cláudio Fonseca, que conduzia a plenária, para repassar recados, acerca da ação judicial movida pelo Sinpeem para reivindicar aumento salarial para as (os) filiadas (os).

Diante de atrasos e desvios, restou pouco mais de uma hora para debater os pontos e

<sup>7</sup> No ato da inscrição era possível indicar, em cada dia de congresso, quatro grupos em ordem de preferência, mas essas opções não foram, necessariamente, atendidas.

<sup>8</sup> O arquivo com a sinopse de cada palestra pode ser consultado em: [https://www.sinpeem.com.br/materias.php?cd\\_secao=242&codant=&friurl=\\_-32ao-Congresso---2023-\\_.](https://www.sinpeem.com.br/materias.php?cd_secao=242&codant=&friurl=_-32ao-Congresso---2023-_.)

<sup>9</sup> Por exemplo, Valéria Amorim Arantes de Araújo, palestrante no grupo de interesse “A realidade das escolas públicas e as condições para universalizar o acesso e permanência” é professora na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e faz parcerias com o Instituto Iungo, tanto no desenvolvimento de pesquisas quanto em cursos de atualização que são oferecidos pela USP. O Instituto Iungo tem entre seus mantenedores e parceiros MRV, Itaú Educação e Trabalho, Vale, aparelhos privados de hegemonia da burguesia que ofertam cursos, materiais didáticos e consultorias para diversas redes de ensino com o objetivo de difundir a ideologia da classe dominante. Disponível em: <https://iungo.org.br/parceiros/>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

votar as emendas propostas<sup>10</sup>. No primeiro dia de plenária, foram votadas apenas nove emendas sobre política educacional<sup>11</sup>, o equivalente a seis páginas do total de 100 que compõe este tema no caderno do texto referência. No dia seguinte, no período da tarde, durante a realização da última plenária, foram debatidos pontos acerca do plano de lutas 2023/2024.

Como não foi possível deliberar acerca de mais da metade do texto referência e as emendas propostas, foi informado que seria formada uma comissão para analisar quais emendas seriam incorporadas e quais não seriam. Tal situação é problemática pois exclui a base dos debates que são importantes para a categoria e para o movimento sindical, afastando e desmobilizando a maior parte das (os) filiadas (os). Entretanto não foram divulgadas, até agora, nem a formação da comissão e nem o texto final do congresso.

Tal dinâmica de destinar apenas dois períodos para o debate em torno do texto referência e das emendas se dá, pelo menos, desde 2008. No início do congresso de 2023 houve a proposta de mudança da organização, dedicando mais tempo às plenárias e menos aos grupos de interesse, mas Cláudio Fonseca não colocou em votação, dizendo que não seria possível alterar o cronograma do evento, mas a alteração não foi sequer cogitada pelo presidente do sindicato para vigorar no próximo ano. Ao solicitar seu atestado de participação no congresso, a (o) associada (o) deveria responder a uma pesquisa sobre o evento, e uma das questões perguntava se a dinâmica deveria continuar ou ser alterada, dedicando mais ou menos tempo às plenárias. Resta aguardar se a direção do sindicato irá divulgar o resultado desta pesquisa e acatar a decisão da categoria.

Deste modo, foi notório que o congresso do Sinpeem é um grande evento, com muitas atrações e convidadas (os), mas sem o compromisso de fortalecer a entidade e promover discussões que colaborem para a conscientização das (os) profissionais do magistério, e sim com a intenção de gerar entretenimento e divulgação de conquistas, demonstrando estar enquadrado em um sindicalismo de resultados e não de confronto.

<sup>10</sup> O texto referência foi construído pela direção majoritária do sindicato e as emendas podiam ser apresentadas por qualquer pessoa ou grupo, desde que associada (o) ao Sinpeem, deveriam conter, ao menos, 90 assinaturas e ser entregues até 15 dias após a divulgação do texto.

<sup>11</sup> O caderno de texto referência é composto por oito pontos: *i*) conjuntura internacional; *ii*) conjuntura nacional; *iii*) política municipal; *iv*) política educacional; *v*) questão funcional; *vi*) questão salarial; *vii*) políticas permanentes; *viii*) plano de lutas 2023/2024.

### III - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir de seu mais recente congresso, pode-se concluir que a atuação do sindicato como um aparelho privado de hegemonia não tem contribuído para a construção de uma nova hegemonia. Considerando que “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (Gramsci, 2022a, p. 19), o sindicato deveria utilizar o evento como uma forma de ampliar a consciência da categoria, a fim de lutar não apenas pelos direitos conquistados pelo magistério, mas também para que as (os) docentes, em sua prática na escola, difundam a ideologia da classe subalterna entre seus pares e estudantes.

Sobre a atuação do sindicato, Gramsci afirma que é necessário que a orientação sindical se dê no sentido de manter “contato com as grandes massas proletárias, para interpretar suas necessidades, para recolher e concretizar sua vontade, para ajudar o processo de desenvolvimento do proletariado no sentido de sua emancipação” (Gramsci, 2004, p. 225). Neste texto<sup>12</sup>, Gramsci cita diversos exemplos de organizações sindicais que estão dominadas por reformistas, que, segundo o autor, “sabem trabalhar melhor, com mais tenacidade e perseverança do que nossos companheiros” (Gramsci, 2004, p. 227). Essa afirmação, quase um lamento, de Gramsci surge diante da constatação de que a maior parte dos elementos revolucionários não permanece entre os quadros do sindicato, fragilizando a organização e tomada de direção.

Continuando sua argumentação, Gramsci afirma que “a classe operária é como um grande exército que foi subitamente privado de todos os seus oficiais subalternos” (Gramsci, 2004, p. 228), sendo impossível manter uma organização, disciplina e unidade para a luta. Diante do exposto, o magistério parece em condição semelhante à do exemplo utilizado pelo autor há um século: uma massa sem direção, sem formação e/ou renovação de quadros, sem previsão de abandono do sindicalismo de resultado, corporativista, e, conseqüentemente, sem condições de promover a organização sindical para a luta revolucionária.

O Sinpeem não demonstra estar preocupado com a formação de intelectuais que possam contribuir com a organização da classe trabalhadora, ao não aproveitar o momento do seu congresso com debates que coloquem as principais questões de exploração e opressão impostas pelo sistema capitalista, nem mesmo aspectos de maior interesse direto da

<sup>12</sup> “Nossa orientação sindical”, assinado por Antonio Gramsci e publicado no semanário do PCI, *Lo Stato operário*, em 18 de outubro de 1923.

categoria, que retiram autonomia e direitos das (os) profissionais da educação. Além disso, analisando a programação do evento, pode-se notar que a entidade não se posiciona frente às disputas que ocorrem na sociedade civil pela influência na construção de políticas educacionais, se limitando a conformar as (os) associadas (os) a adotar as medidas impostas pelo governo de forma acrítica, sem destacar os problemas e as contradições que tais políticas apresentam.

Contudo, o próprio Gramsci demonstra que há caminho para reverter essa situação: o trabalho constante junto às massas, ampliando a esfera de ação e criando condições de renovação dos quadros revolucionários (Gramsci, 2004, p. 230). Para tanto, é imprescindível a ação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, junto às massas, dentro e fora do movimento sindical, elaborando novas (os) intelectuais, difundindo a ideologia e consciência deste grupo a fim de construir uma nova hegemonia da classe subalterna.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair B. da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, Set./Dez. 2015.

BANCO MUNDIAL. **Professores Excelentes**: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe. Washington, DC, 2014. 78 p.

BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004.

BOITO JR., Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FONTE-BOA, Mariana. **Estudo acerca das relações de gênero e suas repercussões sobre o trabalho docente na rede municipal de ensino de São Paulo**. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020.

GINDIN, Julián. **Por nós mesmos**: o sindicalismo docente de base na Argentina, no Brasil e no México. 1. ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022a.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022b.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**, v.2: 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**, vol. 2. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- JACOMINI, Márcia A. **Antonio Gramsci e a pesquisa educacional**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2022.
- MATTOS, Marcelo B. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 119-168, 2009.
- SHIROMA, Eneida O. Política de profissionalização, aprimoramento ou desintelectualização do professor? **Intermeio**: revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003.
- TORRES, Rosa M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. De; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Ed./Ação Educativa/PUC-SP, 2003.
- VIANNA, Cláudia. **Os nós dos nós**: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.